

Turismo e globalização: algumas perspectivas

Luís Augusto Severo Soares

Bacharel e Mestre em Turismo – Unibero;
Especialista em Educação – Uninove;
Mestrando em Ciências Sociais – PUC-SP;
Professor no curso Turismo e Tecnologia em Hotelaria
– Uninove;
Professor do curso de Turismo – Belas Artes de São Paulo.
São Paulo, SP [Brasil]
lassoares@hotmail.com

Neste artigo, busca-se refletir sobre as implicações da globalização no turismo, reconhecendo a possibilidade de realizar distintas observações a respeito desse fenômeno e seus efeitos na área, além de discutir o consenso que o define. Com base nesse objetivo, tratar-se-á da globalização como um movimento precedido pelos processos de mundialização e internacionalização que gera diversas transformações na sociedade, ou seja, um movimento entrelaçado a uma série de resoluções que interferem no turismo. Com o objetivo de direcionar a análise ao campo específico de estudo, serão apresentadas, a partir da perspectiva de Boaventura de Souza Santos, algumas das influências na atividade turística, entendendo-as como pontos necessários para que os planejadores e administradores do turismo o compreendam e o incentivem, sem se limitarem aos caminhos propostos pelo consenso presente na idéia de globalização.

Palavras-chave: Capitalismo.
Globalização. Turismo.

1 Introdução

O fenômeno turístico moderno está atualmente envolvido nas pautas governamentais, acadêmicas e mercadológicas, caracterizado por dois fatores: a ascensão da ideologia das férias e a ascensão da concepção mercantil do turismo moldado pelas empresas turísticas que organizam e reorganizam os espaços de consumo para promovê-lo (FORTUNA, 1995). Constitui-se, assim, um tema relevante para análise das manifestações sociais contemporâneas. Entretanto, seu estudo deixa lacunas teóricas, sobretudo quando se tenta associá-lo a outras condições da sociedade; é o caso das implicações da globalização no turismo.

O turismo é comumente associado à globalização – à intensificação dos fluxos turísticos internacionais e à queda das fronteiras culturais promovidas pelo encontro entre o visitante e o visitado. Soma-se, ainda, a constante relação com a entrada de investimentos, a abertura de mercados, a influência da tecnologia da informação e dos transportes e a ativação de novos parâmetros administrativos e políticos internacionais, transnacionais e supranacionais que influenciam em seu andamento.

Embora seja imperativo reconhecer essas questões, quando consideradas as principais implicações da globalização no turismo, deixa-se de observar uma série de elementos primordiais para efetivar tal análise. Assim, dirige-se o olhar sobre a globalização e suas conseqüências para o turismo, muitas vezes supondo seu aparente caráter de inevitabilidade e de integração a uma nova ordem mundial, a exemplo do que defendem autores como Beni (2003) e Molina (2004).

Para estabelecer a análise desejada, este texto está dividido em dois eixos: o primeiro trata diretamente da globalização, com o intuito de compreendê-la como um processo precedido por diversas condições econômicas, sociais, políticas e culturais, fator que impõe a necessária análise de sua formação. O segundo eixo, a partir da perspectiva de Santos (2002) – das dimensões da globalização –, apresenta um breve exame de algumas das influências no turismo.

2 Globalização: uma única interpretação e direção?

A globalização, atualmente, é abordada em diversos estudos, muitos dos quais, de antemão, apresentam-na para caracterizar um estágio da sociedade moderna integrada mundialmente: uma sociedade sem fronteiras definidas, de fluxos e de interações globais. Tal perspectiva é comumente dada como condição irreversível para os membros da sociedade em rede (CASTELLS, 2007). Sejam atores principais ou coadjuvantes, é essa a palavra de ordem para a sociedade informacional.

Partindo-se dessa consideração, a globalização se torna um simples processo de interações transfronteiriças e transnacionais, de sistemas de produção, de transferências financeiras, de disseminação e uso da informação e da tecnologia, e até dos deslocamentos de pessoas em escala mundial (SANTOS, 2002).

Entretanto, existe outra perspectiva, aqui proposta mediante breve análise dos processos de mundialização e internacionalização, entendendo-os como movimentos que antecedem à globalização. A realização desse tipo de análise faz-se necessária para evitar uma compreensão isolada da globalização, que a coloca como condição inovadora na sociedade, diante da qual resta apenas adaptar-se, desconsiderando as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que a antecedem e a acompanham.

Posto isso, considera-se mundialização “[...] um processo de aumento gradativo de relações, contatos e fluxos que se estabelecem entre povos [...], nos campos econômico, político, cultural e religioso” (WANDERLEY, 2003, p. 212-213). Um processo que inicialmente não envolve os Estados, e sim a intensificação das relações sociais entre povos, dada, muitas vezes, pela legitimação das mais diversificadas práticas sociais.

Entende-se, aqui, a mundialização como um fenômeno de larga extensão, e o desenvolvimento do modo de produção capitalista é reconhecido de forma intrínseca a esse mesmo processo. A expansão do capitalismo é, portanto, um fator presente nesse processo que lhe concede novos contornos. Faz-se necessário ressaltar

esse aspecto, pois, embora a mundialização seja reconhecida como um movimento mais extenso, é, até certo ponto, um movimento que conjuntamente “mundializa” o capitalismo.

Em uma perspectiva histórica, Hobsbawm (2005) destaca a Revolução Industrial Inglesa (1780) e a Revolução Francesa (1789), a partir da qual a industrialização, a expansão dos transportes e das técnicas de produção e as transformações subseqüentes nos valores sociais, políticos e econômicos permitiram que, pela primeira vez na história da humanidade, fossem “[...] retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços [...]” (HOBSBAWM, 2005, p. 50).

Ambas as revoluções demarcaram um período em que a mundialização passou a ser abalizada pela ascensão do capitalismo industrial e de novos valores políticos, sociais, culturais e econômicos. Recorrendo-se a Marx, essa noção se torna clara, quando se reconhece o capitalismo como um processo civilizatório que influencia todas as formas de organização do trabalho e da vida, e que não pode existir “[...] sem revolucionar continuamente [...] todo o conjunto de relações sociais” (MARX; ENGELS, 1988, p. 69).

Intrínseca à mundialização, a internacionalização tem seu surgimento delimitado pelo envolvimento do Estado moderno nesse processo de relações mundiais, “[...] entendida como o conjunto de relações intra-estatais, interestatais e como o surgimento de instâncias supranacionais nas quais as decisões são tomadas fora do âmbito nacional” (WANDERLEY, 2003, p. 218), um processo de intensificação das relações realizado diante das influências sociais, políticas, culturais e econômicas entre Estados-Nação – desenvolvidos e subdesenvolvidos. Da mesma forma, é vista como uma etapa vinculada à ascensão do padrão fordista-keynesiano que “[...] teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico [...]” (HARVEY, 1999, p. 19). Uma combinação da administração econômica keynesiana e do padrão fordista de gerenciamento empresarial que se es-

tendeu até os anos 1970, o fim da Era de Ouro (HOBSBAWM, 1995).

Entretanto, a internacionalização também acompanhou o esgotamento desse modelo, que deu lugar a um novo padrão de acumulação, caracterizado pela

[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e [dos] padrões de consumo. [...] pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1999, p. 140).

Se assim vista, a internacionalização foi o período de intensificação das influências, direcionadas para a composição de uma economia mundial capaz de sustentar o capitalismo dentro das decisões do Estado interventor, em muitos casos regulador das ações do mercado. Nesses termos, ambos os processos, mesmo que compreendidos em conceitos distintos, apontam para a intensificação das relações entre povos e Estados mediadas pela extensão de influências, principalmente econômicas – movimentos que intrinsecamente promoveram mudanças na sociedade e formataram, entre outros resultados, um sistema capitalista de escala mundial.

E a globalização, é parte desse processo? Parece correto afirmar que a globalização é um movimento subseqüente aos processos citados, elaborado em torno de um consenso, que, por um lado, privilegia a ascensão de uma nova lógica econômica e política (e administrativa) e, por outro, mantém algumas condições e padrões intensificados nos períodos anteriores.

Assim, a globalização pode ser compreendida por meio de três pontos analisados em conjunto: o capitalismo como modo civilizatório, o esgotamento do padrão fordista-keynesiano observado no fim da Era de Ouro e o consenso que a cerca. Tem-se, assim, o que se entende como elementos-chave do atual quadro denominado globalização.

Um conjunto de elementos, deliberado como fenômeno inevitável, que decretou que apenas uma política econômica e uma lógica administrativa pautada pela competitividade, produtividade, livre-troca etc. permitiria à sociedade sobreviver (LIMOEIRO-CARDOSO, 2000). Uma formulação que mantém a lógica do capital, conferindo-lhe um novo contorno para determinar uma única via, colocando-a “[...] como se fosse um produto natural do devir histórico [...]” (LIMOEIRO-CARDOSO, 2000, p. 116). Os valores que a acompanham, *a priori*, não estão pautados pelas interações entre povos e/ou Estados-Nação nem pela multiplicidade de orientações (BECK, 1999), mas, sim, pelo eixo ideológico do capital e do livre-mercado. Portanto, a “[...] acepção dominante de “globalização” é, pois, uma ideologia [...]” (LIMOEIRO-CARDOSO, 2000, p. 98).

Uma formulação que tem como objetivo a globalização das trocas no mercado internacional, os movimentos mundiais de capital — semelhante à mundialização do capital denominada por Chesnais (1996) — e a reestruturação produtiva capaz de alavancar os níveis de produtividade e acumulação. Uma “determinação” que, por seu caráter pluridimensional, gera transformações nas mais variadas práticas sociais, políticas, culturais e, sobretudo, econômicas, em parte sob a mesma idéia dos processos anteriores, ou seja, se antes “modernizar-se” e “desenvolver-se” era uma alternativa, agora “globalizar-se” ou “adaptar-se” é uma necessidade.

Por ser uma ideologia (hoje dominante), a aceitação de sua formulação implica reconhecimento e prosseguimento de novas resoluções econômicas, sociais, culturais e políticas, que, por sua vez, ditam regras à administração. Portanto, entende-se a globalização como um conjunto de intervenções que generalizam os processos e as estruturas do capitalismo, atingindo, quando consentida, a sociedade com um todo. Nessa perspectiva, a globalização, apesar de definida por uma ideologia, gera implicações que vão além de suas deliberações dominantes e tornam possível entendê-la como

[...] um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas,

culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo [...] um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; [...] No entanto, por sobre todas as suas divisões internas, o campo hegemônico atua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros. (SANTOS, 2002, p. 26-27).

Na interpretação de Santos (2002), a globalização é um conjunto de intervenções e processos que partem de um consenso e que, portanto, tem características hegemônicas, quando afirmadas pela maioria da sociedade. Entretanto, hoje, após seu “seguimento”, já não reflete somente esse consenso, o que permite distinguir, na própria vigência, movimentos que se opõem e oferecem novas perspectivas.

3 As implicações da globalização no turismo

A interpretação da globalização como processo irreversível que norteia as ações da sociedade é diretamente formulada nos estudos do turismo, tornando-a ponto de partida de uma série de argumentações que pretendem colocá-lo como meio para o desenvolvimento social e econômico¹. Assim, o turismo no mundo “globalizado” torna-se uma ferramenta para alcançar novos patamares de competitividade, que, conseqüentemente, proporcionariam uma série de benefícios aos núcleos turísticos.

Essa é a primeira implicação da globalização no turismo, pois intensifica uma mudança central em seu conceito. Distancia, dessa forma, a compreensão do turismo como um fenômeno social de encontro, para caracterizá-lo como um setor econômico capaz de atrair bens e serviços que qualifiquem a oferta e estimulem a demanda.

Dessa noção provêm diversas interpretações que definem o turismo como um “sistema estruturado”, cujo sucesso dependeria de “externalidades” – como investimentos em empresas

e infra-estrutura – somadas a autênticos atrativos das regiões receptoras. Se, por um lado, essa implicação produz efeito conceitual, por outro, permite o seguinte questionamento: como proporcionar uma série de benefícios sociais e econômicos aos núcleos turísticos, a partir da compreensão sistêmica e, predominantemente, econômica do turismo diante da globalização que intensifica a competitividade e exige processos de produção, trabalho e acumulação cada vez mais flexíveis e desiguais?

Entende-se que, à medida que se intensifica a visão do turismo como meio para competir na economia globalizada, mais se permite desenvolvê-lo como uma atividade para instauração dos valores e ações da ideologia dominante. Em outras palavras, quanto mais se defende sua orientação econômica “globalizada”, mais difícil se torna compreendê-lo como um fenômeno social que permite, quando estudado, observar as características da sociedade, seja para orientar análises que reconheçam suas contradições e conflitos, seja para encaminhar propostas menos reducionistas que visam, unicamente, à sua expansão econômica. Portanto, validam-se o turismo e as adaptações concernentes à globalização como o único caminho, afastando a possibilidade de cada localidade promovê-lo conforme suas necessidades, compreensões e características, como propõem, entre outros, Krippendorf (2000) e Yázig (2001).

Ao se analisarem as ações governamentais para o desenvolvimento do turismo nacional, vê-se que essa implicação é patente, e as políticas de megaprojetos são exemplos disso. Segundo Cruz (2000), são projetos urbano-turísticos implantados no Brasil nos anos 1980-1990, como Rota do Sol (RN), Cabo Branco (PB), Costa Dourada (AL/PE) e Linha Verde (BA/SE). Orientados pela idéia de que o turismo é uma atividade econômica capaz de reverter os quadros de desigualdade social, os projetos põem os governos locais e seus investimentos à disposição do capital.

Assim, a lógica reside em fornecer infra-estrutura para que o mercado se instale e, posteriormente, encarregue-se de sua comercialização. Nesse caso, parece que o turismo tem resultados similares àqueles da globalização social

(SANTOS, 2002) – motivada pelas alianças com as empresas multinacionais que incidem sobre a estrutura nacional de classes, intensificando e criando novas formas de desigualdades sociais (redução salarial e dos direitos, liberalização do mercado etc.).

Embora muitos autores da área não destaquem essa perspectiva, as implicações da globalização se estendem à perda da centralidade do Estado na determinação de políticas para o turismo. Se, por um lado, como é o caso brasileiro, o Estado “intervém” por meio de projetos de financiamento para instalação de infra-estrutura, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE) (BENEVIDES, 1998), por outro, seu papel não é mais que o de um “financiador” para o mercado, que se instala e, com suas regras, passa a competir pela demanda. Entende-se, portanto, como uma implicação derivada da globalização política (SANTOS, 2002).

Vale lembrar que esse movimento subjaz às determinações do consenso citado, promotor da liberalização, da desregulamentação, dos ajustamentos políticos etc. Assim, não se trata somente de questionar as conseqüências da perda da centralidade do Estado, mesmo porque seria contestável afirmar que o governo brasileiro a possuía. É preciso reconhecer que as implicações da globalização perfazem um resultado mais amplo e impossibilitam os efeitos pronunciados nos estudos e projetos turísticos – novamente se instaura o questionamento antes comentado.

Apesar de tal questionamento, o turismo é continuamente estimulado dentro do consenso formador do processo da globalização. Um movimento que incentiva cada município, sobretudo aqueles que possuem poucas alternativas econômicas, a lançar-se na aventura turística, como destacado no Plano Nacional de Turismo:

O turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais [...] Nesse modelo, a grande maioria do setor é constituído de pequenas e médias empresas,

fazendo com que o desenvolvimento da atividade possa naturalmente contribuir como fator de distribuição de renda [...] (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, p. 4-5).

Porém novas perguntas surgem. Como se tornar um pólo turístico sem capacidade de investimento em infra-estrutura para atrair empresas e demanda? Como responder ao declínio da capacidade do Estado para investir em uma política que promova o turismo e seus possíveis efeitos econômicos e sociais locais?

A despeito das motivações que redundam nesse questionamento e das noções de desenvolvimento e de planejamento adequado, a resposta dada pelo consenso é buscar alternativas para “adaptar-se” à realidade, para mover-se do quadro de cidades “não-globais”, para aproveitar seus “potenciais” atrativos. Enfim, para promover o turismo como meio para o “desenvolvimento” social e econômico. Logo, os municípios e o turismo assumem novas atribuições.

O novo papel das cidades diante da globalização é dado por muitos como um processo em que as cidades são os novos protagonistas de nossa época, concentradas na definição de um planejamento estratégico que promova seu desenvolvimento (CASTELLS; BORJA, 1996). Dessa forma, entende-se que, paralelamente a esse efeito, o estímulo ao desenvolvimento do turismo “salvador” torna-se atrativo. Assim, o que Harvey (2005) caracteriza como um novo tipo de “empreendedorismo urbano”, orientado para o desenvolvimento local pelo turismo, surge como implicação perigosa da globalização. Afinal, se é dada a resposta (ainda que dentro do consenso) à falta de desenvolvimento econômico e social e ao declínio da capacidade do Estado para investir no turismo, persiste o questionamento inicial: como se tornar um pólo turístico sem capacidade de investimento em infra-estrutura para atrair empresas e demanda?

Dá-se, por um lado, a via da negociação e, por outro, a via da competição, num primeiro momento para atrair o investimento necessário e, depois, o mercado. Assim, justifica-se o passo inicial que evidentemente levará a uma nova com-

petição, a qual não necessariamente promoverá o desenvolvimento desejado.

Para compreender essa conseqüência, deve-se lembrar que, quando se estabelece que o turismo é capaz de promover a economia, igualmente se assume a idéia de que esse e as empresas envolvidas devem monitorar-se pela competição. Assim, seu desenvolvimento deverá responder aos objetivos daqueles que o comercializam e aceitar os critérios da competitividade e da racionalidade produtiva. Novamente, volta-se ao primeiro questionamento: como proporcionar uma série de benefícios sociais e econômicos aos núcleos turísticos diante da globalização que intensifica a competitividade e exige processos de produção, trabalho e acumulação cada vez mais flexíveis e desiguais?

Acredita-se que essa implicação também ocorre por uma necessidade imediata das empresas que comercializam o turismo. Sem um conjunto de atrativos naturais ou culturais, originais ou construídos, que ao mesmo tempo sejam “autênticos”, “diversificados” e “adaptados”, não será possível atrair a demanda nem competir. Essa é uma implicação direta da globalização no turismo, que confere ao mercado uma particular capacidade de transformar os atrativos de qualquer localidade em um valor a ser “agregado” aos produtos e serviços, para buscar novas demandas. Um processo intensificado pela liberação econômica, pela nova configuração empreendedora das cidades e pela compreensão do turismo como meio econômico capaz reverter o quadro econômico e social local.

Ao se tomar esse movimento como parte de um ciclo maior, a etapa intermediária seria o crescimento da demanda, a instalação de empresas, o emprego e a renda proveniente do turismo. Um crescimento motivado pela criação de novos segmentos e pela atração de demandas. Desse ponto em diante, as reduções de preços, a degradação do espaço, a descaracterização cultural² e o aparecimento de novos destinos (de interesse das empresas) invertem o processo, deixando o turismo em movimento decrescente.

Essa situação é observada nas cidades que optam por um modelo receptivo internacional de *clusters* controlados pelas empresas, que ditam o

ritmo e a forma de crescimento. Cabe então perguntar: os *clusters* são modelos de planejamento e administração inquestionáveis que, diante dos efeitos da globalização, devem ser seguidos? A globalização e suas implicações são irreversíveis, e cabe a nós apenas seguir suas determinações para adaptar o turismo e suas “estratégias”?

4 Considerações finais: uma nova perspectiva para o estudo do turismo

Considera-se que a globalização tem implicações cíclicas no turismo, que o transformam, cada vez mais, em um setor econômico atrelado à lógica capitalista e à ideologia dominante, tornando-o incapaz de responder aos seus próprios valores, seja por distanciar-se das possibilidades de encontro, de descoberta e de escolha, seja por findar-se nas contradições que impedem que seu modelo obtenha êxito.

O turismo está, desde sua compreensão moderna, submerso nos paradigmas da sociedade capitalista. Assim, a globalização supõe a intensificação desse modelo mercadológico, agora assentado em novas determinações. Isso não quer dizer que sua compreensão e análise estejam limitadas a esse paradigma, tampouco que se devam submeter propostas aqui apresentadas a essa aplicação.

Cumprido, então, investigar a especificidade de nossa situação (que inclui a análise do turismo como fenômeno social, seus conflitos e contradições) enquanto parte da expansão capitalista e extensão de uma ideologia, e, a partir dessa ação, definir o que é fundamental: uma nova perspectiva de análise para seus planejadores e administradores, que vá além do determinismo que define o turismo como uma “indústria” que deve ser adaptada aos parâmetros da globalização.

Em última análise, sem a pretensão de superar toda e qualquer contradição ou substituir uma ideologia por outra, é necessário reconhecer os efeitos da globalização sobre o turismo, para assim ampliar os estudos oferecidos na literatura da área e debater seus resultados, em vez de aceitar seu quadro atual como irreversível e único.

Tourism and Globalization: some perspectives

In this article, one searches to reflect on the implications of the globalization in the tourism, being recognized the possibility to carry through distinct comments on this phenomenon and its effect in the tourism, beyond arguing the consensus that defines it. Front to this objective, we will deal with the globalization as a movement preceded for the mundialization processes and internationalization that generates many transformations in the society, that is, an interlaced movement to a series of resolutions that intervene with the tourism. With the objective to direct the analysis to the specific field of study, it will be presented, from the perspective of Boaventura de Souza Santos, some of the influences in the tourist activity, having understood them as necessary points in order to the planners and administrators of the tourism understand it and motivate it without limiting themselves to the ways proposed by the consensus that exists in the idea of globalization.

Key words: Capitalism. Globalization. Tourism.

Notas

- 1 Como mencionamos, autores como Beni (2003) e Molina (2004) validam essa perspectiva e são referências para a maioria dos estudos da área de turismo que apresentam e interpretam o turismo como um setor econômico que deve ser adaptado às necessidades impostas pela globalização. Lemos (2005) destaca tal verificação ao analisar as diferentes correntes de estudo que influenciaram nesse processo: a corrente do “utilitarismo”, do “deslocamento”, do “desenvolvimento industrial do turismo” e do “desenvolvimento auto-sustentável”.
- 2 No que se refere à degradação do espaço e à descaracterização cultural, observam-se os efeitos da globalização cultural (SANTOS, 2002) que, no turismo, está relacionada à adaptação de atrativos naturais e culturais que, conduzidos pelo mercado, tornam-se homogêneos para atrair variadas demandas.

Referências

BECK, U. *O que é globalização? Equívocos do globalismo. Respostas à globalização*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- BENEVIDES, I. P. *Turismo e Prodetur-NE: dimensões e olhares em parceria*. 1. ed. Fortaleza: BNB/UFC, 1998.
- BENI, M. C. *Globalização do turismo. Megatendências do setor e a realidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2003.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1996.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.
- CRUZ, R. C. A. O Nordeste que o turismo(ta) não vê. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). *Turismo, modernidade, globalização*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. v. 1, p. 210-218.
- CRUZ, R. C. A. *Política de turismo e território*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- FORTUNA, C. Turismo, autenticidade e cultura urbana: percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 43, p. 11-46, 1995.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, E. *Era das revoluções*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2000.
- LEMOS, L. de. *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2005.
- LIMOEIRO-CARDOSO, M. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, P. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 96-125.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano nacional do turismo: diretrizes, metas e programas – 2003-2007*. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/export/sites/default/institucional/arquivos/planoNacionalPortugues.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2005.
- MOLINA, S. *O Pós-Turismo*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2004.
- SANTOS, B. de. S. Os processos de globalização. In: SANTOS, B. de. S. (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 26-27.
- WANDERLEY, L. E. W. Globalização, religiões, justiça social: metamorfoses e desafios. In: SANCHEZ, W. L. (Org.). *Cristianismo na América Latina e no Caribe: trajetórias, diagnósticos, perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 212-233.
- YÁZIGI, E. *A alma do lugar: Turismo, planejamento e cotidiano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Recebido em: out. 2006 / aprovado em: maio 2007

Para referenciar este texto

SOARES, L. A. S. Turismo e globalização: algumas perspectivas. *Revista Gerenciais*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 63-70, 2007.